

**N**esta edição, a revista **MovimentAção** apresenta diferentes abordagens relacionadas a sociologia e ao espaço social, trazendo para este volume, o debate de temas de rigorosa importância ao pensamento sociológico relacionados à questão do território e fronteira, das ocupações urbanas – em espaço público e privado, tanto quanto, da participação política que envolve os processos de ocupação. Procurando acentuar o quanto é pertinente debater alternativas que contraponham a visão hegemônica em relação à ocupação dos espaços urbanos, questionamentos sobre a função da propriedade, apresentando alternativas para a gestão dos recursos de trabalho e produção, educação e demarcação dos limites nacionais e culturais. Abordando ajustes pertinentes à cidades mais humanas e sustentáveis para a população que a habita.

Na seção dedicada ao dossiê “Autogestão Popular”, no artigo de Édi Augusto Benini, Adalberto Sabino e Ana Lúcia Sales Gomes, intitulado **Organicidade socioproductiva: metodologia construtiva de uma autogestão de caráter societal**, contemplamos os nossos/as leitores/as com o esboço de uma metodologia que potencialize e articule as lutas históricas dos trabalhadores em associações. Destacando como ponto alto desse debate, a iniciativa dos atores/a da indução histórica por meio de revisão e discussão da produção teórica centrada nos temas de autogestão e de alienação do trabalho social. Guiadas por uma investigação rigorosa que chama especial atenção por estar de acordo com os aspectos elementares da sociologia contemporânea, principalmente no que diz respeito às experimentações autogestionárias frente ao intercâmbio mercantil.

Dando mais abrangência para a discussão, Rafael Enciso escreve sobre o **Modelo de gestão múltipla socialista e empresas de propriedade social (EPS) na Venezuela – acertos, dificuldades e perspectivas**, artigo em que analisa a experiência em seu país sobre o processo de recuperação da soberania popular nas questões da nação. O autor procura dar destaque para uma proposta que tenha por base a propriedade social dos meios de produção fundamentais, diretamente relacionadas às empresas que são articuladas em cadeias e redes sócio-produtivas, enfatizando o quanto é necessário distinguir estes modelos contemporâneos de modos socialistas já existentes na história, dado a sua característica contextual de surgimento e pertinência singular e objetiva. Ponderamos que o presente artigo é um convite à diversificação da leitura incluindo no elenco do conhecimento as

experiências latinoamericanas sobre as alternativas de gestão política, sendo interessante ao conectar as demandas populares de um continente emergente e singular como o nosso.

Já no texto de Leone Araújo Rocha, **A autogestão de um ponto por mototaxistas “clandestinos”**, o autor apresenta o resultado de uma pesquisa etnográfica sobre as formas de organizações dos moto-taxistas na cidade de Macapá/AP, guiado pela perspectiva de dar luz ao processo onde os membros da comunidade local tomam a iniciativa de realizar a gestão de sua própria atividade laboral, descrevendo o cotidiano dessa conquista, desde a implantação de seu próprio ponto de trabalho, até a descrição da atividade desenvolvida, que nos revelará artifícios e métodos singulares de seus protagonistas, vislumbrando uma economia informal que oferece alternativas ao modelo econômico neoclássico, na busca por outros meios de prover a economia e as relações de trabalho.

Por consequência, o segundo artigo, de Vanessa de Freitas, **Ação direta e revolução urbana: ocupações no centro de Porto Alegre**, coloca em confronto questões importantes nas sociedades contemporâneas, discutindo as ocupações de espaços privados e públicos, traçando-nos a trajetória da participação política dos cidadãos envolvidos nesse tipo de ação coletiva por mais cidadania para os espaços urbanos. Uma discussão pertinente para pensarmos os rumos que a construção do espaço veio tomando no meio urbano e a importância de iniciativas por parte da população de recolocar-se frente às políticas de ocupação urbana. Recolocando a relação da cidadania com o agir político e a percepção das motivações dessas políticas que pouco contemplam os habitantes do lugar.

Já na sessão “Artigos”, retomamos a discussão do território, aproximando-o às alternativas de gestão da educação. Procurando demonstrar que mesmo em espaço institucional pode ser pensada de maneira mais audaciosa em questionar modelos didáticos engessados pela hegemonia curricular instrumental. Temos aqui portanto, o artigo de Patrícia Franco Luciano, que trata do **Ensino de geografia em área de fronteira: uma análise a partir das práticas docentes em escolas estaduais de Amambai (MS)**. Constituindo-se num relatório detalhado de pesquisa em que a autora busca compreender formas de trabalho e recursos didáticos utilizados pelos professores de geografia, em desenvolver, dentro da sala de aula, temas sobre as características *sui generis* de um território pluri-étnico e pluri-cultural

que é a fronteira onde convivem cidadãos dos países vizinhos, Brasil e Paraguai. O texto contribui para o debate, sugerindo ao leitor/a um contato com categorias inéditas, como por exemplo, o conceito de território inter e multicultural, relacionado aos processos educativos, que se articulam no cotidiano dos sujeitos sociais e que requerem urgentemente ser pensados.

Na questão sobre o espaço, o artigo de Igor Ronyel Paredes Gomes, **“Territórios” e “Fronteiras” na fronteira: Espaços, fatos e relatos a partir de uma aula de campo**, tece, por meio de observações na fronteira do território do Brasil com o Paraguai – no Mato Grosso do Sul – algumas notas sobre as categorias *território* e *fronteira* contribuindo para o entendimento e reflexões em torno das relações socioespaciais nas regiões fronteiriças. Entrelaçando uma reflexão teórica com a análise empírica sobre os indivíduos que habitam esta fronteira, demonstrando a relação entre os sujeitos paraguaios, brasileiros e guarani-kaiowás que transitam neste percurso.

Encerrando este número, o artigo de Vaena Martins, denominado **Financiamento da política de assistência social sob a ótica do gestor municipal**, pretendeu analisar como são utilizados os recursos públicos da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, com ênfase na Proteção Social Básica-PSB. O trabalho se destaca pelo interesse em oferecer um estudo mais aprofundado sobre a temática tratada, no intento de superar os entraves financeiros que a política, ora como objeto de estudo, vem enfrentando.

Desejamos a todas e todos, uma leitura prazerosa.

Conselho Editorial da Revista MovimentAção